



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## **ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DA ESTRATÉGIA (CGCE)**

Aos oito dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, na sala 307 do edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público, iniciou-se a 11ª reunião ordinária do Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE), para tratar dos seguintes assuntos: apresentação das unidades do CNMP à nova gestão; alteração do valor da meta física de acompanhamento orçamentário; apresentação da metodologia de medição da meta física de acompanhamento orçamentário da Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial (ASCOM); apresentação da metodologia de trabalho do GT-Riscos e apresentação do projeto Excelência em Gestão. Presentes o Secretário-Geral, Blal Yassine Dalloul; o Secretário-Geral Adjunto, Wilson Rocha de Almeida Neto; o novo Secretário-Geral, Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior; o novo Secretário-Geral Adjunto, Guilherme Guedes Raposo; o novo Chefe de Gabinete da Presidência, Flavio Oliveira Barboza, a nova Assessora da Presidência, Tamar Oliveira Luz Dias; o Secretário de Gestão Estratégica, Weskley Rodrigues dos Santos, e os servidores da Secretaria de Gestão Estratégica Josias Mendes da Silva, Sávio Neves do Nascimento, André de Araújo Rosa Cruz e Ana Maria Torres; a Assessora de Comunicação Social e Cerimonial, Natália Bernardes e as servidoras Tatiana Jabrine e Bruna Viana Silveira Paes Valadão; o Chefe da Auditoria Interna, Antônio Gomes Ferreira; o Secretário Executivo, Roberto Fuina Versiani; o Secretário de Tecnologia da Informatização, Gustavo Fonseca Gonçalves de Almeida; a Secretária Processual, Daniela Nunes Faria; a Secretária de Planejamento Orçamentário Taíssa Dagher; o atual Membro Auxiliar da Presidência, Alexandre Lima Raslan; a atual Chefe de Gabinete da Presidência, Eliane Rodrigues de Sales; o Corregedor Nacional, Cláudio Henrique Portela do Rego e a Membro Auxiliar Lenna Daher; o Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e de Jurisprudência, Leonardo Carvalho; o Membro Auxiliar da Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, Jorge Farias; o Membro-Auxiliar da Comissão da Infância e Juventude, José Augusto de Souza Peres Filho; a Membro-Auxiliar da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, Laura Cristina de Almeida Miranda; a Membro-Auxiliar da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, Ana Luisa Zorzenon Goulart Villela; o Membro Auxiliar José Lucas da Silva Gois, da



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

Comissão de Planejamento Estratégico; o Assessor-Chefe Fábio Rodrigues, da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; a Membro Auxiliar da Comissão de Memória Institucional, Paula Ávila; e a Coordenadora da Ouvidoria, Cláudia Leandra. O Secretário-Geral, Blal Yassine Dalloul, iniciando os trabalhos, cumprimentou a todos e apresentou a nova equipe da Administração do Conselho, que será composta pelo Secretário-Geral Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior, o Secretário-Geral Adjunto Guilherme Guedes Raposo, a Assessora da Presidência, Tamar Oliveira Luz Dias e o Chefe de Gabinete da Presidência Flavio Oliveira Barboza. O Secretário-Geral lembrou a todos que o encontro seria a última reunião da atual gestão e informou que cada Comissão realizaria uma breve apresentação da equipe e dos trabalhos realizados por cada uma delas e que, logo após o término, o novo Secretário-Geral realizaria algumas considerações. Posteriormente, o Conselheiro Cláudio Portela, Corregedor Nacional, iniciou sua fala destacando a satisfação de ter trabalhado com a atual gestão, pois ela foi pautada nos critérios de honestidade, clareza e retidão de caráter. Ressaltou ainda a importância da atual gestão no esforço de profissionalizar cada vez mais o CNMP. Enfatizou que hoje o Conselho é reconhecido pelo Ministério Público brasileiro como órgão de excelência em gestão, graças a duas características essenciais da alta direção: souberam dar credibilidade e empoderamento à equipe. Em seguida, o Corregedor Nacional fez um breve histórico da Corregedoria. Nesse sentido, destacou que a unidade já passou por três momentos distintos: o primeiro momento deu-se com a sua criação na Constituição Federal e nas resoluções do CNMP; o segundo caracteriza-se pela estruturação e criação de sistemas internos e relatórios quantitativos; o terceiro diferencia-se pela integração, padronização, uniformização e relatórios. Além disso, ressaltou o esforço em se construir o Plano Diretor, de modo que todos possam saber o que a Corregedoria é e o que pretende fazer até 2017. Enfatizou os principais direcionamentos dados pela Corregedoria durante sua gestão, tais como a construção de um plano de ação, definindo responsáveis de modo sistematizado, através do sistema Channel. Ressaltou que, baseado nisso, realizou a revisão do organograma da Corregedoria Nacional. O Corregedor Nacional também destacou o esforço em ter, na Corregedoria Nacional, membros auxiliares, servidores e colaboradores com domicílio em Brasília, para diminuir os custos e garantir uma maior produtividade. Expôs acerca da situação das reclamações disciplinares por Estado e ressaltou a linha de análise e diálogo adotada quando os números apresentam distorções. O Corregedor Nacional também



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

apresentou os gastos por atividade, ressaltou o esforço para administrar o orçamento e indicou a redução de custos com a instauração de inspeções, aproveitando a logística das viagens e o aproveitamento de membros de unidades mais próximas, acabando por conseguir fazer mais por menos. Apresentou também o esforço para realizar inspeções nas trinta corregedorias, identificando o grande número de processos prescritos, o que resultou na ideia de desenvolvimento do sistema de acompanhamento de prazos prescricionais. Verificada a ausência de uma cultura de doutrina de Corregedoria, instituiu-se a publicação da Revista Jurídica da Corregedoria Nacional, com assuntos relacionados à correição, e também do Informativo da Corregedoria. Aproveitando a oportunidade, o Corregedor Nacional compartilhou a informação sobre o convite para participar do Fórum Global de Cidadania e Justiça do Mundial do Banco Mundial, em dezembro, para troca de experiências em relação aos ministérios públicos e às instituições que discutem questões disciplinares e de desenvolvimento em prol da sociedade, haja vista que a Corregedoria é categorizada como o único órgão que tem uma atuação vertical com o Ministério Público. Também ressaltou uma série de procedimentos de estudos e pesquisas que a Corregedoria vem realizando para adequar seus trabalhos às atribuições previstas no Regimento Interno. Por fim, ressaltou que, por ora, o objetivo maior da Corregedoria Nacional é estudar os problemas do Ministério Público brasileiro e propor soluções ao Plenário. Falou ainda sobre a realização de sindicâncias nas corregedorias dos MPs e sobre a priorização no julgamento dos procedimentos disciplinares. Em seguida, a Membro Auxiliar Lenna Daher da Corregedoria agradeceu a forma como ela foi acolhida no Conselho, exaltou o ambiente organizacional saudável e deu boas-vindas à nova gestão. Em seguida, o Secretário-Geral agradeceu as palavras e ressaltou que na sua gestão buscou sempre pessoas competentes, responsáveis e agregadoras. Posteriormente foi dada a palavra ao presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e de Jurisprudência, Leonardo Carvalho, que, ao apresentar as atividades da Comissão enfatizou que o CNMP tem se tornado uma importante instituição de defesa do Ministério Público e da própria sociedade. Informou que a Comissão de Acompanhamento Legislativo e de Jurisprudência, não menos importante que as demais, tem importância singular sendo responsável por transmitir ao público e a sociedade em geral o “pensamento” do Conselho, através da divulgação de sua jurisprudência. No aspecto legislativo, a Comissão, às vezes, é criticada pelos membros do Ministério Público pelo



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

excesso de normativos que são expedidos, que inviabilizavam a própria atividade fim do MP nas suas atribuições em primeiro grau. Para isso, foram criados grupos de trabalho para se fazer um levantamento e estudo técnico de toda a jurisprudência do Conselho, de modo a reunir um referencial que possa embasar os membros na fundamentação de suas decisões e dar transparência aos cidadãos sobre quais são os critérios utilizados pelo CNMP nas decisões. Parabenizou o Transparentômetro e prosseguiu apresentando as demais atribuições da Comissão, como a edição da Revista do CNMP, de acordo com o regimento. Falou sobre os principais temas publicados pela revista e, para 2016, serão privilegiadas às atividades do Conselho, de modo a divulgar os trabalhos das comissões. O Conselheiro também apresentou a criação da Agenda Legislativa com o objetivo de selecionar projetos de lei importantes para o Ministério Público brasileiro em discussão no Congresso Nacional. Falou ainda da Ação Nacional, realizada em 2016, com o objetivo de compartilhar temas entre o Ministério Público e os demais órgãos e agentes públicos, estimulando a criação de Assessoria Interinstitucional entre os órgãos e estimular a capacitação de jovens promotores no Ministério Público. Enalteceu o trabalho dos Membros Auxiliares Carlos Vinícius e Sérgio Coelho e informou a criação do Grupo de Trabalho das Resoluções para levantar todas as resoluções já criadas pelo CNMP de modo a evitar duplicidades nas decisões. Finalizando, agradeceu o apoio e a atenção recebidos da administração atual e reforçou a necessidade manutenção dessa sinergia entre a administração, os gabinetes e as Comissões. Em seguida, o novo Secretário-Geral, Sílvio Amorim, apresentando os membros da nova equipe de gestão, Guilherme Raposo, Flavio Oliveira Barboza e Tamar Oliveira Luz Dias, ressaltou o desejo de prosseguir com o processo de gestão compartilhada. Logo após foi concedida a palavra ao Membro Auxiliar da Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, Jorge Farias, que iniciou falando sobre a missão da Comissão, qual seja, aprimorar a atuação do Ministério Público em áreas pertinentes ao tema. Em seguida apresentou a composição da equipe. Ressaltou que a Comissão tem adotado uma política de reuniões periódicas, com membros do Ministério Público e órgãos externos, para discutir temas atinentes ao assunto. Destacou os principais projetos desenvolvidos, dentre eles três resoluções principais: a de nº 20/2007, que trata do Controle da atividade policial; a de nº 56/2010, que dispõe sobre as inspeções no Sistema Prisional e a de nº 129/2015, que normatiza a atuação do Ministério Público no Controle Externo da atividade Policial e Segurança Pública. Apresentou também



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

os principais eventos da Comissão - os Encontros Nacionais - com o tema Controle Externo e Sistema Prisional e o Encontro das atividades da Justiça Militar. Destacou ainda a proposição da recomendação acerca do oferecimento de cursos e disponibilização de livros para pessoas privadas de liberdade. Dando prosseguimento a sua fala, destacou o esforço da Comissão no fomento à descentralização do controle da atividade policial para as unidades do interior. Falou também da expedição de notas técnicas contrárias à pretensão legislativa de universalizar o uso de armas de fogo e discorreu a respeito da inconstitucionalidade de normas editadas pelo Conselho Superior da Polícia sobre a limitação da atuação do Ministério Público. Outra iniciativa importante da comissão foi a de desenvolver uma ferramenta para abrir consulta pública relacionada a dados do sistema prisional quanto ao controle externo da atividade policial. Falou sobre a criação de grupos de trabalhos para estudo de temas pertinentes, como os formulários de inspeção e do aprimoramento da Resolução nº 20, de forma a dar credibilidade ao cumprimento das normativas expedidas pelo Conselho. Falou sobre as visitas institucionais, limitadas este ano pelo corte orçamentário, mas em execução na medida do possível. Em seguida, passou-se a palavra ao Membro-Auxiliar da Comissão da Infância e Juventude, José Augusto de Souza Peres Filho, que ressaltou a estreita relação dos trabalhos da Comissão com a Assessoria de Comunicação. Depois, apresentou aos membros e servidores as áreas prioritárias de atuação da Comissão. Reforçou o papel da Comissão na contribuição do aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente. Falou também da principal atribuição da Comissão em atuar Procedimentos Internos de Comissão e cobrar atuação do Ministério Público em relação à notícia de fato envolvendo interesse de Criança e Adolescente e da realização de auditorias em estabelecimentos socioeducativos. Apresentou as campanhas realizadas. Depois falou sobre as auditorias realizadas nos estabelecimentos de cumprimento de medidas socioeducativas e de acolhimento, cujos resultados do relatório podem ser disponibilizados ao cidadão através da extração de dados do BI. Depois apresentou os principais eventos e trabalhos realizados, bem como as principais reuniões programadas. Logo após, a Membro-Auxiliar da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, Laura Cristina de Almeida Miranda, fez uso da palavra para apresentar a equipe e informar as atribuições da comissão, dentre essas atribuições está o acompanhamento do Transparentômetro. Falou também da inovação com as inspeções nas atividades financeiras e administrativas nos Ministérios



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

Públicos. Há a previsão também do lançamento do Novo Manual do Portal da Transparência e da atualização do Manual do Ordenador de Despesas. Informou ainda sobre a inovação no ranking da transparência, que a partir de agora, todos os itens não atendidos ou atendidos parcialmente terão explicados os seus motivos e, para finalizar disse que a principal atribuição da Comissão é assegurar a transparência do Ministério Público Brasileiro, parabenizou a atual gestão e colocou-se à disposição da nova gestão. A próxima a discorrer foi a Membro-Auxiliar da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, Ana Luisa Zorzenon Goulart Villela, que começou agradecendo a atual gestão e dando boas-vindas aos novos gestores. Em seguida, apresentou a estrutura e o quantitativo de pessoal da Comissão. Disse que atualmente tem 10 grupos de trabalho, enumerando-os. Pontuou algumas ações, dentre elas duas resoluções: uniformização de inspeção em unidades destinadas a pessoas em situação de rua e uniformidade de inspeção em unidades de longa permanência de pessoas idosas. Também informou que foi expedida Nota Técnica sobre a proposição no Congresso que dificulta o aborto legal. Apresentou também o seminário sobre enfrentamento ao racismo e uma audiência pública sobre o Custeio Constitucional da Saúde e Educação e um guia de unidade ministerial sobre igualdade étnico e racial. Para 2016, destacou o Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público e a publicação de um livro sobre tendências em Direitos Fundamentais. Também destacou o projeto João Cidadão e a Ação Nacional de Valorização da atuação extrajudicial e incentivo de auto composição dos conflitos. Destacou a necessidade de mais servidores e incremento no orçamento. Após, o Membro Auxiliar José Lucas da Silva Gois, da Comissão de Planejamento Estratégico, falou da composição e dos objetivos da comissão, tais como atuar no Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público, na estrutura da gestão estratégica e democrática e diretrizes de atuação do CNMP e do Ministério Público, na condução dos trabalhos de formulação de indicadores e na troca e experiências de gestão entre as unidades, em especial durante as ações nacionais. Falou que o Fórum Nacional de Gestão é diretamente vinculado a Comissão e tem o objetivo de promover o debate, a harmonização, a articulação e a implementação da gestão do Ministério Público. Em seguida apresentou o Banco Nacional de Projetos e o Fórum Nacional de Gestão, como instância de deliberação superior coletiva. Justificou a ausência da composição da Comissão devido ao Fórum de Gestão de Pessoas em Recife e informou que na próxima semana ocorrerá o fórum de gestão administrativa em Brasília. Finalizou sua fala





CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

desejando boas-vindas à nova gestão e bom retorno aqueles que vão para o Ministério Público Federal. Em seguida, o Assessor-Chefe Fábio Rodrigues, da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público, anunciou que a comissão tem apenas três servidores, um membro auxiliar e o presidente. Informou que a Comissão tem como principal atividade o acompanhamento da Resolução nº 116, referente à preservação da autonomia funcional dos membros do Ministério Público, além dos casos concretos. A comissão também apresentou duas notas técnicas, uma sobre a violação da autonomia do Ministério Público por ato da Casa Legislativa do Piauí e outra sobre ato do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. Também apresentou a Coordenação do Comitê de Política de Segurança Institucional, com reunião agendada para o período do Congresso Brasileiro de Gestão. Parabenizou a atual gestão e desculpou-se pela ausência dos membros que compõem a comissão. Neste instante, o novo Secretário-Geral Adjunto, Guilherme Raposo, devido a compromissos já agendados, tomou a palavra e fez uma rápida apresentação, elogiando a atual gestão e agradecendo o convite do Sílvio Amorim para compor a nova gestão. Ressaltou que ambos possuem muitas ideias em comum em pensamento de administração. Disse que chamou bastante atenção à questão do ambiente de trabalho no CNMP. Afirmou que “respeito se conquista, não se impõe” e conta com a parceria de todos. Posteriormente, a Membro Auxiliar da Comissão de Memória Institucional, Paula Ávila, iniciou agradecendo a gestão atual. Depois informou que a Comissão é temporária, disse que grande parte de seu orçamento foi cortado, mas a Comissão vem buscando alternativas para implementação dos projetos. A comissão era para terminar os trabalhos este ano, mas foi prorrogado o prazo. Estão buscando parceria com a UNB para criar o memorial do Conselho, podendo até haver a possibilidade de dispensa de orçamento destinado a tal iniciativa do Plano de Gestão de 2016. Ressaltou a importância de apoio da gestão para fechar o termo de cooperação com a Universidade de Brasília de modo a concluir a instalação do memorial até o final do ano. Para finalizar, informou a criação de um grupo de trabalho que envolve um Plano Nacional de Gestão Documental, sem custos para o Conselho. Em seguida, representando a Ouvidoria, a Coordenadora Cláudia Leandra, entregou um relatório de atividades à nova gestão e apresentou a equipe de trabalho. Ressaltou o clima organizacional da casa e enalteceu a gestão atual, evidenciando três características do Secretário-Geral: bate à sua porta; diz não, mas justifica e sabe onde e com quem trabalha. Após, apresentou as principais atribuições da Ouvidoria Nacional: manifestações da



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

sociedade. Disse que a quantidade de manifestações aumentou desde que o início da atual gestão da Ouvidoria. O objetivo maior é a integração entre as ouvidorias, buscando seguir as atribuições do Conselho, inclusive trabalhando em horário estendido. Afirmou que a Ouvidoria abraçou o Serviço de Informação aos Cidadãos e elaborou relatórios para o Conselho, aos órgãos de controle e à sociedade. Uma das principais inovações da Ouvidoria foi a elaboração de um plano de trabalho, destacando o cronograma de atividades. Destacou dentre os principais projetos a Ação Nacional de Integração e Aprimoramento das Ouvidorias e a proposta de resolução que trata somente das atribuições da Ouvidoria Nacional. Terminada a fase de apresentação das Comissões, foi dada a palavra ao novo Secretário-Geral, Sílvio Amorim, que agradeceu pela disponibilidade de apresentar o que cada um faz, estando feliz pelo sentimento que une todos no CNMP. Agradeceu à atual gestão e reafirmou que a intenção de procurar agregar. Disse que “por trás de cada papel, cada caneta, tem uma mão humana”. Ao final, acrescentou que é o trabalho coletivo que faz as coisas acontecerem. Também ressaltou que a sua intenção é aplicar as lições apreendidas em sua carreira profissional, procurando sempre agregar, independente da importância do trabalho realizado. Em seguida, passou-se à pauta ordinária deliberativa do CGCE. Weskley Rodrigues, Secretário de Gestão Estratégica, apresentou a proposta de alteração da meta física, propondo um novo patamar. De início, ele fez uma breve explanação sobre a meta física, explicitando que a Nathália Bernardes, aplicou a metodologia de meta física na Assessoria de Comunicação. Wilson Rocha fez uma breve consideração, explicando como se deu o processo de convencimento junto à Secretaria de Orçamento e Finanças do Governo federal para a adoção da nova meta física. Weskley Rodrigues então apresentou proposta de alteração da meta física de 70% para um novo valor de 85%, para a meta física em 2017. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, Nathália Bernardes apresentou uma proposta de meta física específica para a ação de comunicação institucional. A metodologia também atende a uma recomendação da Auditoria Interna. Disse que o nome da ação e a unidade de medida não podem ser alterados. Em seguida, Weskley falou acerca da Excelência em Gestão e apresentou como será o trabalho. Em relação ao GT – Riscos e Segurança Institucional, apresentou o cronograma. Wilson Rocha ressaltou a importância do GT-Riscos. Disse que com a implementação da Política de Gestão de Riscos e da Política de Segurança Institucional, fecha-se o “cardápio” da política de estruturação do CNMP. Posteriormente, Weskley Rodrigues retomou a palavra





CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

para agradecer a gestão e pediu o apoio da nova gestão. Por fim, o Secretário-Geral Adjunto em exercício Wilson Rocha falou o último registro pedindo que os servidores do CNMP acalmem o coração em relação às pessoas que estão chegando, porque eles são o que o MP que tem de melhor. Assim, discorreu um pouco sobre a carreira dos integrantes da nova gestão. “Eles vão ensinar gestão e aprender gestão. Vão aprender juntos. Podem deixar o espírito tranquilo, pois eles são pessoas do diálogo, abertos e coletivos. Portanto, não tem como falhar e, se falhar, a falha é coletiva, é de todos”. Finalizando a reunião, o Secretário-Geral em exercício Blal Yassine Dalloul agradeceu novamente a todos. Disse que no começo não foi nada fácil, mas após alguns meses começou a entender sua missão no Conselho e as coisas começaram a crescer e a evoluir. De forma especial, ainda agradeceu ao Weskley e assegurou que o Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE) vai continuar, porque é muito importante e qualificado. Assegurou ainda que a Procuradoria Geral da República irá manter um diálogo aberto e transparente com o CNMP. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos, lavrando-se a presente ata.

<b>Blal Yassine Dalloul</b> Secretário-Geral	<b>Wilson Rocha de Almeida Neto</b> Secretário-Geral Adjunto
<b>Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior</b> Membro do Ministério Público Federal	<b>Guilherme Guedes Raposo</b> Membro do Ministério Público Federal
<b>Tamar Oliveira Luz Dias</b> Assessora da Presidência	<b>Flavio Oliveira Barboza</b> Membro do Ministério Público Federal
<b>Josias Mendes da Silva</b> Secretário de Gestão Estratégica	<b>Weskley Rodrigues dos Santos</b> Secretário de Gestão Estratégica



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

<p><b>Sávio Neves do Nascimento</b> Secretaria de Gestão Estratégica</p>	<p><b>Ana Maria Torres</b> Secretaria de Gestão Estratégica</p>
<p><b>André de Araújo Rosa Cruz</b> Secretaria de Gestão Estratégica</p>	<p><b>Natália Bernardes</b> Assessora de Comunicação Social e Cerimonial</p>
<p><b>Tatiana Jabrine</b> Assessora de Comunicação Social e Cerimonial</p>	<p><b>Bruna Viana Silveira Paes Valadão</b> Assessora de Comunicação Social e Cerimonial</p>
<p><b>Antônio Gomes Ferreira</b> Auditoria Interna</p>	<p><b>Roberto Fuina Versiani</b> Secretário Executivo</p>
<p><b>Gustavo Fonseca Gonçalves de Almeida</b> Secretário de Tecnologia da Informatização</p>	<p><b>Daniela Nunes Faria</b> Secretária Processual</p>
<p><b>Taíssa Dagher</b> Secretaria de Planejamento Orçamentário</p>	<p><b>Alexandre Lima Raslan</b> Membro Auxiliar da Presidência</p>
<p><b>Chefe de Gabinete da Presidência</b> Eliane Rodrigues de Sales</p>	<p><b>Cláudio Henrique Portela do Rego</b> Corregedor Nacional</p>



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

<b>Lenna Daher</b> Membro Auxiliar	<b>Leonardo Carvalho</b> Presidente CALJ
<b>Jorge Farias</b> Membro Auxiliar	<b>José Augusto de Souza Peres Filho</b> Membro Auxiliar
<b>Laura Cristina de Almeida Miranda</b> Membro Auxiliar	<b>Ana Luisa Zorzenon Goulart Villela</b> Membro Auxiliar
<b>José Lucas da Silva Gois</b> Membro Auxiliar	<b>Fábio Rodrigues</b> CPAMP
<b>Paula Ávila</b> Membro Auxiliar	<b>Cláudia Leandra</b> Ouvidoria